

Novas fontes para estados e municípios

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

O governo brasileiro está buscando novas fontes de financiamento externo junto a países como Coreia, Dinamarca, Hungria e Espanha, para suprir as demandas por recursos dos governos estaduais e municipais, não atendidas pelos organismos financeiros tradicionais, como Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain), da Seplan, está negociado com a EDCE, da Coreia, uma das 63 instituições de crédito cadastradas pelo governo, financiamentos para projetos do setor público, especialmente nas áreas de infra-estrutura, saneamento e aquisição de equipamentos. Trata-se, assim, de uma fonte alternativa de recursos interessante para os estados e municípios, pois a agência coreana oferece créditos no valor mínimo de US\$ 5 milhões, juros de 2,5% a 5% ao ano, 7 anos de carência, prazos entre 20 e 25 anos para pagamento e participação de 85% no total do financiamento.

A EDCE não exige contrapartida, como a compra de produtos da Coreia, diz Jorge Marques Leandro, titular da Seain. Segundo ele, esse tipo de financiamento não é atendido pelos organismos tradicionais. O BIRD, por exemplo, tem como financiamento mínimo o patamar de US\$ 100 milhões, e os custos são mais pesados.

O BIRD cobra juros de 7,27% ao ano, prazo de carência de cinco anos, e o período para amortização dos financiamentos é de cerca de doze anos. Além disso, exige contrapartidas próximas a 50% do valor do projeto, em recursos internos, que têm dificultado o acesso do governo a esses financiamentos, diante da crise fiscal.

O BIRD reduziu seus empréstimos ao Brasil, de cerca de US\$ 4 milhões, no passado, para no máximo US\$ 1 bilhão neste ano, estima Leandro. O Brasil, segundo ele, não tem deixado de apresentar projetos: existem 24 sendo negociados com o banco e 21 "na reserva", que poderão ser apresentados nas reuniões anuais de programação. Alguns projetos, no entanto, não conseguem financiamento por não se adequarem às prioridades do BIRD, como meio ambiente, modernização do estado e desenvolvimento do setor privado.

A Seain vai começar a negociar com três outros organismos de crédito interessados em financiar projetos brasileiros: uma agência oficial da Hungria, o Eximbank da Coreia e o Fecoex - Fomento do Comércio Exterior S.A., da Espanha.

O The Industrialization Fund for Developing, da Dinamarca, quer participar da formação de "joint venture" no Brasil e de cofinanciamentos. A intenção da Seain é montar linhas de crédito por setores. Por

exemplo: reunir dez prefeituras interessadas em financiar telecomunicações e elaborar um projeto de US\$ 3 bilhões com um agente financiador, em vez de negociar várias operações de pequeno valor.

A política de fontes alternativas de financiamento, iniciada há um mês pela Seain, leva em conta as mudanças ocorridas nos grandes financiadores do setor público brasileiro - O BIRD e o BID.

O BIRD caminha na contramão dos interesses brasileiros porque quer conceder recursos concessionais à África, aumentar créditos para os países do Leste europeu para ajudá-los na transição do socialismo para o capitalismo, dar prioridade para áreas como meio ambiente e políticas de divulgação da informação, em detrimento de infra-es-

trutura (considerada fundamental para o País) e financiar o setor privado em prejuízo dos recursos canalizados para o Estado, diz Luiz Afonso Simões da Silva, chefe do Departamento de Acordos e Organismos Financeiros Internacionais (Deori), do Banco Central (BC).

Além disso, o Brasil tem hoje menos peso político na instituição, principalmente depois que, em julho, o banco criou uma diretoria colocando o país juntamente com os demais membros do Mercosul e o Chile. Há dez anos o Brasil tinha uma diretoria exclusiva.

No BID, o Brasil também perdeu espaço. Na recente reforma administrativa do banco, o Brasil perdeu a gerência de operações, - o terceiro posto mais importante da instituição - geralmente ocupado por um brasileiro.

Nos últimos anos, o BIRD e o BID passaram a interferir nas políticas nacionais dos países, aumentando condicionalidades, sobretudo em meio ambiente, direitos humanos, políticas indigenistas e relações trabalhistas. Além disso, o BIRD exigiu a privatização das empresas do setor elétrico. O BIRD já não financia esse setor, devido à falta de uma política brasileira de recomposição de preços de tarifas públicas.

Diante da perspectiva de estabilização da economia, o governo já está trabalhando com fontes alternativas de financiamento. "Alguns mercados privados cresceram a taxas enormes, o que não ocorreu com os organismos multilaterais. Em termos relativos, há uma diminuição da importância deles. Mas para o Estado es-

ses recursos são ainda importantes. Se o Estado brasileiro se modernizar e aumentar o acesso aos mercados alternativos, a tendência, no futuro, é depender menos dos financiadores multilaterais", observa Simões.

Enquanto isso não acontece, ele diz que "é preciso insistir em nichos que nos interessam no BIRD e no BID, como infra-estrutura e modernização do Estado. Segundo afirmou, a prioridade brasileira deve ser o BID, que anunciou neste ano desembolsos de US\$ 5 bilhões em quatro anos para o Brasil, apesar da crescente preocupação da instituição com a área social, "que não é uma grande geradora de empregos, como a infra-estrutura", diz o chefe do Deori. Recursos para a integração também interessam ao Brasil.